DocuSign Envelope ID: E5B80C14-2BFF-4869-AE81-548959F4DB97

PAX Investimentos em Aeroportos S.A.

CNPJ: 48.533.969/0001-54

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais- R$)*

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo circulante	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa e equivalentes de caixa	6	139	2	2.272	1.210
Contas a receber	7	–	–	14.128	–
Impostos a recuperar		152	–	355	–
Despesas antecipadas	8	–	–	529	–
Adiantamento a terceiros		10	–	64	–
Total do ativo circulante		301	2	17.348	1.210
Ativo não circulante					
Despesas antecipadas	8	–	–	348	–
Dividendos a receber	9	601	–	–	–
Investimentos	9	285.230	860	–	–
Imobilizado	10	–	–	178	–
Intangível	11	–	–	274.626	128.991
Total do ativo não circulante		285.831	860	275.152	128.991
Total do ativo		286.132	862	292.500	130.201

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Passivo circulante	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fornecedores	12	12	–	3.097	–
Partes relacionadas	13	321	–	–	–
Obrigações trabalhistas	14	–	–	2.058	76
Obrigações tributárias	15	–	–	1.521	323
Adiantamento de clientes		–	–	25	–
Outras contas a pagar	16	–	–	–	128.940
Total do passivo circulante		333	–	6.701	129.339
Passivo não circulante					
Debêntures	17	150.058	–	150.058	–
Total do passivo não circulante		150.058	–	150.058	–
Patrimônio líquido					
Capital social	18	153.001	5.001	153.001	5.001
Prejuízos acumulados		(17.260)	(4.139)	(17.260)	(4.139)
Subtotal do patrimônio líquido		135.741	862	135.741	862
Total do patrimônio líquido		135.741	862	135.741	862
Total do passivo e do patrimônio líquido		286.132	862	292.500	130.201

Demonstrações do resultado		Controladora		Consolidado	
	Notas	**01/01/2023 a 31/12/2023**	**18/10/2022 a 31/12/2022**	**01/01/2023 a 31/12/2023**	**18/10/2022 a 31/12/2022**
Receita líquida	19	–	–	30.335	–
Custo dos serviços prestados	20	–	–	(9.984)	–
Lucro bruto		–	–	20.351	–
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	20	(305)	–	(12.598)	(4.146)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	–	1	(58)	1
Resultado de equivalência patrimonial	9	6.671	(4.140)	–	–
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		6.366	(4.139)	7.695	(4.145)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	495	–	3.421	7
Despesas financeiras	21	(19.982)	–	(20.135)	(1)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.121)	(4.139)	(9.019)	(4.139)
Imposto de renda e contribuição social		–	–	(4.102)	–
Prejuízo do exercício		(13.121)	(4.139)	(13.121)	(4.139)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Constituição da Companhia em 18 de outubro de 2022	130.001	(125.000)	(4.139)	862
Saldo em 31 de dezembro de 2022	130.001	(125.000)	(4.139)	862
Aumento de capital	23.000	–	–	23.000
Integralização de capital	–	125.000	–	125.000
Prejuízo do período	–	–	(13.121)	(13.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	153.001	–	(17.260)	135.741

Demonstrações do resultado abrangente	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023 a 31/12/2023	**18/10/2022 a 31/12/2022**	**01/01/2023 a 31/12/2023**	**18/10/2022 a 31/12/2022**
Prejuízo do exercício	(13.121)	(4.139)	(13.121)	(4.139)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes	(13.121)	(4.139)	(13.121)	(4.139)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023 a 31/12/2023	**18/10/2022 a 31/12/2022**	**01/01/2023 a 31/12/2023**	**18/10/2022 a 31/12/2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(13.121)	(4.139)	(13.121)	(4.139)
Itens que não afetam o caixa operacional				
Depreciações	–	–	30	–
Amortização sobre direito de outorga	–	–	1.835	–
Resultado de equivalência patrimonial	(6.671)	4.140	–	–
Juros sobre debêntures	20.058	–	20.058	–
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	–
	266	1	8.802	(4.139)
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Diminuição (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	(14.128)	–
Despesas antecipadas	–	–	(877)	–
Adiantamento a terceiros	10	–	(64)	–
Impostos a recuperar	152	–	(355)	–
Dividendos a receber	–			
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	12	–	3.097	–
Obrigações trabalhistas	–		1.982	76
Obrigações tributárias	–	–	1.198	323
Adiantamento de clientes	–	–	25	–
Outras contas a pagar	–	–	–	167
Caixa gerado/(aplicado) pelas operações	116	1	(320)	(3.573)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	116	1	(320)	(3.573)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	–	–	(208)	–
Aquisição de intangível	–	–	(276.410)	(218)
Aportes em investidas	(278.300)	(5.000)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(278.300)	(5.000)	(276.618)	(218)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação via emissão de debêntures	130.000	–	130.000	–
Aumento/integralização de capital	148.000	5.001	148.000	5.001
Partes relacionadas	321	–	–	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	278.321	5.001	278.000	5.001
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	137	2	1.062	1.210
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	–	1.210	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	139	2	2.272	1.210
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	137	2	1.062	1.210

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A PAX Investimentos em Aeroportos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo cujo controlador é a XP Infra IV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, com 99,9% do capital social. Constituída em 18 de outubro de 2022, tem como principal objeto social o seguinte: **i)** Realizar estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas às atividades que envolvem o transporte aéreo desenvolvidas pela Companhia e das sociedades por ela investidas, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares à consecução do seu objeto social; **ii)** Investimento em novos projetos de infraestrutura e/ou expansão de projetos já existentes, implantados ou em processo de implantação, especialmente na área de prestação de serviços em aeroportos, incluindo a promoção de estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos da Companhia e sociedades por ela investidas, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento de atividades relacionadas a transporte aéreo; e **iii)** Participação como acionista ou quotista, em outras sociedades que tenham como objeto social exclusivamente atividades relacionadas a transporte aéreo no Brasil. A PAX Investimentos em Aeroportos S.A. tem como investida e controlada direta a PRS Aeroportos S.A. A PRS Aeroportos S.A., também constituída em 18 de outubro de 2022, com a única e exclusiva finalidade de realizar a prestação dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos Complexos Aeroportuários integrantes do Bloco Aviação Geral, propriamente o Aeroporto Campo de Marte - São Paulo/SP (SBMT) e Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho - Rio de Janeiro/RJ (SBJR), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a PRS Aeroportos S.A. ("Contrato de Concessão"), em virtude do êxito no processo licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022 ("Edital do Leilão"). **Aeroporto Campo de Marte:** O Aeroporto Campo de Marte está localizado na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. Ele é conhecido como um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva. Atualmente é utilizado principalmente para operações de táxi aéreo, escolas de aviação, aviação executiva e serviços de helicóptero e como base de apoio da Polícia Militar e seus helicópteros Águia. O Campo de Marte possui uma pista asfaltada com 1.600 metros de comprimento, que permite a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Também possui um terminal de passageiros para atendimento aos voos executivos. Além disso, o aeroporto conta com uma série de serviços e facilidades para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, oficinas de manutenção e serviços de apoio. **Aeroporto de Jacarepaguá:** O Aeroporto de Jacarepaguá está localizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Jacarepaguá. Também é conhecido como Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho, em homenagem ao empresário brasileiro Roberto Marinho. Assim como o Campo de Marte, é um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva, com alta movimentação de operação *offshore*. O aeroporto possui uma pista asfaltada com 900 metros de comprimento e é adequado para a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Além disso, conta com um terminal de passageiros e diversos serviços para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, serviços de manutenção e apoio em solo. **2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que inclui as práticas contábeis previstas na legislação Societária Brasileira e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 07 de junho de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis relevantes da Companhia, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4. **b) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **c) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos da norma contábil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. **3. Base de elaboração e mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **3.1. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada direta, cuja participação percentual detida na data do balanço é conforme a seguir:

Controlada	País	Tipo de controlada	Participação em 2023
PRS Aeroportos S.A.	Brasil	Direta	100%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo está a data na qual a Companhia detém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. As demonstrações contábeis da controlada direta são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Nas demonstrações contábeis da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo. **4. Políticas contábeis relevantes:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todo o período apresentado nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a) Contrato de concessão - ICPC 01 (R1):** A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **c) Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante. As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte. **d) Impostos a recuperar:** Impostos a recuperar correspondem a valores de crédito superiores a débitos tributários e que serão usados como compensação ao pagamento de próximos impostos. Se o prazo de utilização estimado de utilização desses impostos é inferior a 12 meses, são classificados no ativo circulante, e caso o prazo de utilização estimado seja superior a 12 meses então são classificados no ativo não circulante. **e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando possui uma obrigação ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f) Ativos imobilizados:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando a vida útil do bem, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5

g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*): A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos para os exercícios de 2023 e 2022. **h) Ativos intangíveis:** Refere-se ao direito de operar o aeroporto durante o período de concessão. Esse direito é um ativo intangível identificável com vida útil definida e controlado pela Companhia, que surge do contrato de concessão celebrado com o governo conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada. No caso da concessão de aeroportos, o ativo intangível da concessão é amortizado ao longo do período de concessão, que é o período em que a Companhia tem o direito de operar o aeroporto. A amortização é calculada utilizando um método sistemático e racional ao longo do período de concessão, refletindo o consumo dos benefícios econômicos do ativo intangível ao longo do tempo. e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível seja por venda ou por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **i) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e em coligadas nas quais a Companhia possui influência significativa, são registradas pelo método de equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos estão registrados pelo valor justo ou pelo custo quando este representar o valor justo.

Controlada	% de participação 31/12/2023	% de participação 31/12/2022
PRS Aeroportos S.A.	100,00%	100,00%

j) Empréstimos e debêntures: Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **k) Receitas:** Receitas tarifárias são os valores cobrados para a utilização das instalações e serviços do aeroporto por companhias aéreas, passageiros e operadores de aeronaves. Essas receitas são essenciais para a operação, manutenção e desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária. As tarifas podem ser divididas em várias categorias: 1. Tarifa de Pouso: remunera a pista de pouso, cobradas dos operadores aeronáuticos e companhias aéreas pelo uso da pista para pouso; 2. Tarifa de Permanência: remunera a pista de taxi e as áreas de permanência, cobradas pela utilização do espaço no aeroporto para estacionar aeronaves; e 3. Tarifa de Embarque: remunera o terminal de passageiros, abrangendo o embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança, e são arrecadadas pelas empresas aéreas, recolhidas posteriormente pelo operador do aeródromo. Também há outras tarifas que podem ser cobradas na operação aeroportuária, como de conexão, armazenagem e capatazia, mas não houve cobrança dessas tarifas durante o exercício social de 2023. Receitas não tarifárias referem-se a todas as receitas geradas que não estão diretamente relacionadas às tarifas de serviços aeroportuários cobradas dos passageiros, companhias aéreas ou operadores de aeronaves. Essas receitas podem incluir, mas não se limitam a: 1. Receitas de cessão de espaço comercial dentro do aeroporto, como lojas, restaurantes, quiosques, aluguel de carros, hangares, entre outros; 2. Receitas de publicidade e patrocínio dentro do aeroporto, como anúncios em painéis, *displays* digitais ou outras áreas comerciais; 3. Receitas de estacionamento, tanto de passageiros quanto de funcionários e prestadores de serviços; e 4. Receitas de serviços adicionais oferecidos pelo aeroporto, como serviços de bagagem, inspeção, serviços de transporte terrestre, entre outros. **l) Custo dos serviços prestados, despesas gerais e outras despesas e receitas:** São registrados pelo regime de competência **m) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Rendimento sobre aplicações financeiras; e • Despesas bancárias. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **n) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 240 mil. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro base para a Contribuição Social. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto e leis fiscais promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Empresa não reconhece imposto de renda diferido nos casos em que não há previsão de geração de lucros tributáveis futuros para compensação com diferenças temporárias. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **o) Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há instrumentos financeiros derivativos.

Diretoria

Rogerio Augusto Prado - Diretor Presidente
Igor Soares Fernandes - Diretor
Tamara Oliveira - Diretora

Contador

Guilherme Lopes da Silva - CRC 1SP330253/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **PAX Investimentos em Aeroportos S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da PAX Investimentos em Aeroportos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para o assunto mencionado na Nota Explicativa nº 1 que informa que a Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2022. Dessa forma, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa apresentam a movimentação entre a data da constituição da Companhia e 31 de dezembro de 2022 e não apresentam saldos comparativos em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de junho de 2024

GrantThornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador - CRC 1SP-255.954/O-0

9º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO - FRANCISCO RAYMUNDO - E D I T A L - FAZ SABER a todos quantos este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, nos termos do artigo 26, § 4º, da Lei 9.514/97, e por solicitação do credor fiduciário: **ITAÚ UNIBANCO S.A,** CNPJ nº 60.701.190/0001-04 com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100, Torre Olavo Setúbal, São Paulo/SP, **INTIMA** os devedores fiduciantes: **ELTON BATISTA DUARTE,** brasileiro, supervisor de campo, casado, RG N° 48.366.501-0-SSP/SP, CPF/MF Nº 364.327.128-07 e **ANA PÁBULA DE SOUSA DUARTE**, promotora, RG N° 38.643.576-5 CPF/MF N° 376.913.598-96, para que no prazo de 15 dias, contados a partir da data da última publicação, efetue neste Registro de Imóveis, situado na Rua Augusta, nº 1058 - Cerqueira César-SP, a purgação da mora no valor de **R$23.085,82,** acrescida dos juros e encargos que vencerem até a data do efetivo pagamento. O não pagamento da quantia reclamada garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel matriculado sob nº **124.576** deste Ofício, em favor da credora fiduciária. São Paulo, 18 de junho de 2024. (Protocolo 799.680).

14ª VARA CÍVEL - FORO CENTRAL CÍVEL COMARCA DE SÃO PAULO/SP
D E C I S Ã O – E D I T A L. P R A Z O 2 0 D I A S - Processo nº: **1093925-92.2021.8.26.0100** Classe – Assunto: **Monitória – Câmbio** Requerente: **Márcio Jose Lourenço** Requerido: **Get&go Serviços Eireli Me e outros** Vistos. Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeis para a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida às fls. 140/141, servindo a presente decisão como edital. Este Juízo **FAZ SABER** a **PEDRO PAULO O